

## SURDEZ: UMA SUPERAÇÃO POSSÍVEL A PARTIR DA ADAPTAÇÃO DO CURRÍCULO PARA O PAPEL DO INTÉRPRETE

BARBOZA, Reginaldo José<sup>1</sup>; FONSECA, Yolanda Domingues<sup>2</sup>; PORTO, Erica Elaine<sup>3</sup>

1

### RESUMO

Neste trabalho vamos entender como se deu o processo histórico de inserção e educação dos alunos com surdez, desde de as épocas remotas até o reconhecimento de seu potencial nos dias atuais, por meio de pesquisa bibliográfica. Objetivamos elucidar pontos de apoio que venham dar suporte ao aluno com surdez, visando Currículo Escolar. Também a importância do Intérprete de Libras junto ao aluno com Surdez, inserindo-o ao mundo letrado. A articulação entre professores da sala, o intérprete e o aluno. O respaldo das Leis inseridas, o Intérprete em sala de aula e a articulação entre intérprete e professores da sala, buscando acessibilidades pedagógicas específicas tais como, recursos visuais dentro das necessidades do aluno com Surdez, o apoio da A.E.E visando plena integração na sociedade.

**Palavras-Chaves:** Currículo. Educação. Intérprete. Surdez.

### ABSTRACT

In this work we will understand how the historical process of insertion and education of the students with deafness, from the remote times until the recognition of their potential in the present days, through bibliographical research. We aim to elucidate support points that support the student with deafness, aiming at School Curriculum. Also the importance of the Interpreter of Libras next to the student with Deafness, inserting it to the literate world. The articulation between classroom teachers, the interpreter and the student. The support of the inserted Laws, the Interpreter in the classroom and the articulation between interpreter and teachers of the room, seeking specific pedagogical accessibilities such as, visual resources within the needs of the student with Deafness, the support of A.E.E aiming at full integration in society.

**Keywords:** Curriculum. Education. Interpreter. Deafness.

## 1 - INTRODUÇÃO

Dentro do tema educação a inclusão vem despertando questionamentos, principalmente pela modificação de um conjunto educacional inclusivo que traga responsabilidades às necessidades educativas bem como aos alunos Surdos, que possa garantir-lhes além do acesso também a sua continuidade nas escolas regulares com ensino de qualidade.

<sup>1</sup> Docente dos cursos de Pedagogia e Psicologia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral – FAEF/ACEG – Garça – São Paulo – Brasil, e-mail: reginaldoj3@hotmail.com

<sup>2</sup> Discente do Curso de Pedagogia pela Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral (FAEF – Garça/SP) yolandabk@uol.com.br

<sup>3</sup> Professora Especialista no Curso de Pedagogia: Administração Serviços Saúde, docente na Disciplina: Educação das Pessoas com Necessidades Especiais II. Pela Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral (FAEF – Garça/SP) portoft@hotmail.com.



Diante desta questão cada vez mais presente em nossos dias, a indagação que apontamos é: seria possível a inserção e permanência da criança com surdez na escola comum? Quais políticas Educacionais têm sido feitas em causa e benefício destes?

Para desenvolver o potencial destas crianças, incluindo neste contexto o papel e importância do intérprete? Qual a importância do Atendimento Educacional Especializado tendo em vista o reconhecimento do potencial de cada ser humano?

A partir desta análise direcionamos nosso foco à criança com surdez, pois, a compreendemos como de direito, assim como as demais, sem discriminação, podendo ter seus direitos garantidos, tanto a ter um sistema de comunicação adequado, de ser protegido perante sua vulnerabilidade e poder frequentar escolas regulares, pois pertencem a um grupo minoritário.

## 2 – DESENVOLVIMENTO

### 2.1 - História da Educação Especial: Análise e diretrizes da Educação

A Educação Especial, é historicamente marcada por extermínio, indiferenças, também abandonos e exclusão assim, eram tratados aqueles a quem consideravam “diferentes”. (GIARDINETTO, 2009, p.31)

Com o passar dos séculos surge com a transformação do mundo, a necessidade de alfabetizar para a inserção das pessoas nas fábricas dentro de um cenário que deixava de ser agrícola, para se tornar industrial. Nesta perspectiva surgia ou crescia a segregação do indivíduo com deficiência, pois ele não seria útil. (GIARDINETTO, 2009)

Os alunos com deficiência eram encarados como obstáculos para o funcionamento tranquilo das escolas e das salas de aula, pois careceriam de habilidades para enfrentar as exigências acadêmicas e disciplinares. Achava-se que sua presença prejudicaria a aprendizagem dos outros alunos ou que até mesmo teria uma influência moral subversiva. Escolas e instituições especiais foram estabelecidas para atender as necessidades de aprendizagem dos alunos com deficiência e para garantir que essas subversivas fossem controladas. (KARAGIANNIS; STAINBACK; STAINBACK, 1998, p.28)

No Brasil, os primeiros atendimentos aos “excepcionais”, pois assim chamados na época, teve início em 1854 quando foi criado através de decreto de 12/09 de 1854 o Instituto dos



meninos cegos, fundada por D. Pedro II, na cidade do Rio de Janeiro e apenas 3 anos depois foi fundado o Instituto dos Surdos – Mudos que tempos depois passou a ser chamado Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), porém podemos destacar que a criação desses Institutos foi apenas um ato isolado, pois não contava ou não havia ainda legislação de apoio para a educação comum e tão pouco para pessoas deficientes. (PLETSCH, 2010)

No ano de 1946, a Constituição enfim afirmava ou confirmava a educação como um direito universal, pois a população de forma geral já frequentava as salas de aula e no processo de integração dessas pessoas, algumas que apresentavam algum tipo de deficiência eram separadas das demais em classes especiais. Surgiam então as primeiras classes especiais onde as pessoas tidas como “normais” eram então separadas dos “anormais” e para isso havia a supervisão sanitária.

Devido a expansão das indústrias e o crescimento das cidades, também em 1961, surge pela primeira vez uma Lei referente à Educação Especial, trazendo então responsabilidades perante o atendimento do deficiente, tais especificações busca uma inovação, pois sugere que o deficiente seja atendido na escola regular, na medida do possível. (PLETSCH, 2010)

O governo também incentivava e garantia ajuda às instituições privadas na educação daqueles com necessidades especiais, porque o próprio Estado não assumia a educação dessas pessoas, ocorrendo então o incentivo a expansão das entidades assistenciais. (PLETSCH, 2010)

Nesta ocasião também o Governo incentivou campanhas direcionadas a conscientização da população de forma geral visando melhor informação à respeito dos cuidados com os deficientes. Tais campanhas foram direcionadas primeiramente aos Surdos Brasileiros (1957), a seguir tivemos a Campanha de Educação Deficiente Mental (1960) e algumas outras e todos a nível Nacional, juntamente com as campanhas, começaram a surgir no país variadas e inúmeras associações, tais como a APAE- Associação de Pais e Amigos excepcionais, em 1954, sendo que a primeira foi no Município do Rio de Janeiro expandindo-se rapidamente pelo país. (PLETSCH, 2010)

Neste processo cujo objetivo maior era de igualdade das classes, pois, havia conceito vindo da Europa de que era estritamente necessário e eficiente organizar ou agrupar os deficientes. Este pensamento de agrupamento dos alunos, acompanhavam princípios de



racionalização que iam de encontro da indústria e coletividade capitalista, que necessitava de mão de obra para industrialização, então em franca expansão. (PLETSCH, 2010)

O agrupamento dos alunos em classes homogêneas, segundo seu desenvolvimento mental é, neste sentido, uma das combinações de organização racional do trabalho pedagógico. (SENNA ET AL, 2008, p.13-14)

E foi neste contexto que a Educação Especial foi se inserindo numa nova reestruturação do Estado, ficando estas regularizadas e já definidas nas quais seriam as incumbências dos serviços públicos prestados e também das instituições privadas que prestavam serviços assistenciais. (PLETSCH, 2010 p.70)

Apesar destas reformas, os menos favorecidos sofriam o fracasso escolar, pois o atendimento prestado aos deficientes direcionava-se apenas no tratamento e separação da deficiência. Entretanto devemos ressaltar que por volta da década de 60, surgia a primeira LDB – Lei Diretrizes e Bases. (LEI nº.4024 de 1996) (BRASIL, 1996) Esta atenção, certamente devia ser referente a quantidade de escolas públicas e por consequência um número maior de pessoas tendo acesso, pois a necessidade e carência da população levou a essa ampliação, originando posteriormente na Federação Nacional das Associações dos Pais e Amigos dos Excepcionais.

Como podemos observar a eclosão dessas entidades se deu mais pela omissão do estado que não assegurava atendimento à população e assim essas Instituições trilharam um papel decisivo na construção e efetivação do atendimento de Educação Especial apresentando serviços assistenciais e filantrópicos. (PLETSCH, 2010, p.71)

No decorrer dos anos alguns Projetos Políticos foram sendo desenvolvidos em benefício desta população. Foram batalhas para se levar à conscientização dos direitos destas pessoas, pois todos deveriam ter acesso de forma igualitária. (GIARDINETTO, 2009 p.32)

Já em meados do século XX com o surgimento das classes especiais pois agora há a obrigatoriedade da Educação Básica nas escolas regulares, não conseguiam fazer com que seus alunos acompanhassem o ritmo de aprendizagem normal. Desta forma vai surgindo em vários países uma conscientização em prol da inserção de alunos deficientes nas escolas regulares. (GIARDINETTO apud MANZOLI, 2008)

Portanto a partir da década de 60, Giardinetto tornou-se

Marcante na promoção de mudanças no padrão de relação das sociedades com a pessoa com deficiência. Considerando que o paradigma tradicional de



institucionalização tinha demonstrado seu fracasso na busca de restauração de funcionamento normal do indivíduo no contexto das relações interpessoais, na sua integração na sociedade e na sua produtividade no trabalho e no estudo, iniciou-se no mundo ocidental o movimento pela desinstitucionalização, baseado na ideologia na normalização, como uma nova tentativa para integrar a pessoa com deficiência na sociedade (GIARDINETTO, 2001, p.11).

Desta forma inicia-se o pensamento de normalização e, portanto, integração escolar que por meio de Leis, foi determinado o encaminhamento destes alunos NEE, à educação em escolas comuns, pois isso evitaria aqueles ambientes institucionais restritivos. (MENDES, 2002)

Neste novo cenário os alunos Necessidades Educacionais Especiais foram inseridos lentamente nas salas comuns (MENDES apud GIARDINETTO, 2006)

Se por um lado essa concepção trouxe grandes inovações na forma de se pensar a Educação da deficiente, por outro ainda não assegurava-lhe o seu direito de acesso e independência, para que tais pessoas assim pudessem se locomover no meio social e educacional a que elas pertenciam, pois ainda havia alguns obstáculos, sendo arquitetônicos e também as próprios educacionais, continuavam ainda presentes. (GIARDINETTO, 2006)

Com o surgimento de políticas públicas nas últimas décadas então a tendências da Educação Especial alterou-se por conta de novas demandas e perspectivas sociais, pois tais políticas passaram a entrar em vigor, vindo então a garantir-lhes entrada à escolaridade regular e salas de aulas comuns, surgia a partir daí um novo padrão de pensamento, o da inclusão. (GLAT, ET AL, 2007)

Para compreender melhor essa conquista, vejamos pela ótica

A inclusão social, portanto, não é processo que diga respeito somente à pessoa com deficiência, mas sim a todos os cidadãos. Não haverá inclusão da pessoa com deficiência enquanto a sociedade não for inclusiva, ou seja, realmente democrática onde todos possam igualmente se manifestar nas diferentes instâncias de debate e tomada de decisões da sociedade, tendo disponível o suporte que for necessário para viabilizar essa participação (GIARDINETTO apud ARANHA, 2003, p. 20-21)

A partir de então, com a Declaração de Salamanca intensificaram as leis voltadas às políticas públicas educacionais, objetivando a garantia legal aos direitos das crianças e jovens



deficientes, que passaram gradativamente a frequentar escolas da rede normal. (GIARDINETTO, 2009)

Ainda com relação à efetivação destas Leis podemos destacar no Art.3º da Declaração de Salamanca aponta que o Ministério da Educação deve oferecer apoio profissional e econômico às seguintes atuações dentro do Atendimento Educacional especializado.

6

- I – Implantação de salas de recursos multifuncionais;
- II – Formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado.
- III – Formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação inclusiva.
- IV – Adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidade;
- V – Elaboração, produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade;
- VI – Estruturação de Núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior. (BRASIL, 2008)

Com a entrada em vigor desses documentos houve avanços significativos na defesa dos direitos educacionais das crianças e jovens com deficiência, porém segundo alguns autores, é imprescindível uma averiguação desta atividade ou prática de maneira como torná-lo concreta, buscando, para isso, reflexões críticas, almejando a implantação de espaços inclusivos para toda a sociedade, elaborando para tanto projetos compartilhados de várias esferas, sendo elas: família, escola, órgãos públicos e população em geral. (GIARDINETTO, 2009).

## 2.2 Surdez: particularidades e desafios

Incluir é antes de tudo oferecer condições de participação social e exercício da cidadania.

A inserção e permanência do aluno surdo na escola envolve uma série de aspectos, os quais se mostram um tanto complexos quando analisados, levando-se em consideração a aprendizagem significativa. (SANTANA; CARNEIRO, 2011)

Podemos citar dentre muitos os que envolvem as políticas educacionais, também aqueles de ordem linguísticas, culturais e, sobretudo aqueles contidos nas práticas pedagógicas para os alunos que frequentam escola regular.



A má formação ou formação precária docente também se reflete de forma negativa, pois não propiciam as condições necessárias, tais condições estão relacionadas a diferentes estratégias de ensino-aprendizagem. (SANTANA; CARNEIRO, 2011)

Segundo Poker (2002) para a obtenção de pleno desenvolvimento global dos sujeitos surdos, a comunicação natural é a principal consequência negativa trazendo assim sérios prejuízos em diferentes aspectos de seu desenvolvimento, quando não se tem acesso ao mundo sonora, a criança ou sujeito surdo ficara no silêncio, afetando assim a evolução de sua linguagem e fala acarretando para seu crescimento dificuldades para se expressar e também receber informações. São diversos os fatores que irão interferir na plena evolução da fala ou locução da pessoa surda, dentre algumas delas podemos citar: a ocasião que surgiu a deficiência, também a dimensão e o motivo da perda auditiva, a ocasião que ocorreu o atendimento profissional, os meios pedidos de ajuda da família e também o meio escolar, enfim devemos considerar as características cognitivas socioculturais e os emocionais.

Segundo Aranha (2003, p.29) deficiência auditiva é perda total ou parcial congênita ou adquirida, da capacidade de compreender a fala por intermédio do ouvido, manifesta-se como:

Surdez leve/moderada: Perda auditiva de até 70 decibéis, que dificulta, mas não impede o indivíduo de se expressar oralmente, bem como de perceber a voz humana, com ou sem a utilização de um aparelho auditivo (ARANHA, 2003, p.29)

Surdez severa/profunda: perda auditiva acima de 70 decibéis que impede o indivíduo de entender com ou sem aparelho auditivo, a voz humana, bem como de adquirir, naturalmente o código da língua oral tal fato faz com que a maioria dos surdos optem pela língua de sinais. (ARANHA, 2003 p.29)

Ainda nas considerações de Aranha (2003), o direito da pessoa à educação é resguardado pela política nacional de educação independentemente de gênero, etnia, idade ou classe social. O acesso à escola extrapola o ato da matrícula e implica a apropriação de saber e das oportunidades educacionais oferecidas as totalidades dos alunos com vistas a atingir as finalidades da Educação, a despeito da diversidade na população escolar.

### **2.3 A inserção da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e o papel do Intérprete no processo ensino aprendizagem do surdo.**



O intérprete de libras é aquele profissional cuja contratação está prevista dentro dos Parâmetros da Lei para atuar tanto nas classes regulares como de ensino, pois segundo a Lei 10.436/2002 conforme determina nossa Constituição 1988 é um direito do aluno deficiente auditivo, antevendo que ele busque uma educação de qualidade. (CASSIANO, 2016, p.2)

A importância do intérprete de Libras se dá pelo fato dele ser na vida do aluno surdo o seu alfabetizador, pois ao partirmos do pressuposto que este profissional irá atuar dentro do perfil do aluno, corresponde dizer que este será muito mais que intérprete, ainda dentro do perfil do aluno podemos salientar que o processo de ensino aprendizagem expõe diferenças levando este profissional a apresentar uma atuação diretamente ligado ao contexto do aluno. (CASSIANO, 2016)

Conforme Cassiano (2016) o intérprete de línguas de sinais possui admirável controle tanto da língua portuguesa como também Língua Brasileira de Sinais, pois sua capacidade vai além de simples significado e interpretação, visto que trará as suas características e aspectos culturais. Intérpretes são bem mais que sinalizador. É equivocado o conceito de interprete como sinalizador ou tradutor daquilo que se oraliza, sua habilidade provém de um construto sistemático, tais habilidades será modalidade dentro da comunidade surda e por ela julgada.

Podemos destacar o intérprete de libras como agente que transita entre o mundo sonora e a cultura surda, neste sentido ele será o mediador destes universos distintos e como mediador terá maior proximidade junto ao Deficiente Auditivo, buscando desta forma meios para aprofundar o entendimento entre ambos. (CASSIANO, 2016).

Cassiano (2016) destaca que a responsabilidade por aprendizagem de qualidade será do professor regente, neste intuito, uma prévia avaliação das aulas juntamente com o intérprete trará benefícios de entendimentos entre um e outro, trabalhando juntos trazendo recursos e mecanismos que venha a favorecer o sujeito surdo levando-o aprendizagem significativa.

A nível Nacional a Lei que norteia e normatiza Libras e também atribui função ao intérprete de Libras é a 10.436 e o Decreto 5.626, de 24 de abril 2002/22 dezembro 2005 respectivamente, vem no sentido de direcionar o trabalho destes profissionais de modo a fazer uma ponte entre o sujeito surdo e o professor regular da sala, possibilitando a este acompanhar as matérias como os demais alunos da classe. (CASSIANO, 2016 p.9)





Segundo o mesmo, no entanto há alguns entraves que ainda ou de restringem um entendimento perfeito deste tripé-aluno-professor-regente-intérprete, sendo que muitas vezes o intérprete desconhece o que será ministrado pelo professor regente, dificultando assim a transposição de ideais para o aluno surdo, pois falta-lhe material adequado. Tais equipamentos ou ferramentas seriam fundamentais para melhor compreensão do conteúdo exposto pelo professor regente, visto que o interprete só consegue êxito em seu trabalho partindo daquilo que o aluno já sabe, pois não adianta tentar explicar quando ele não possui um conceito formulado.

É importante lembrar que o trabalho do interlocutor é em cima do seu contexto, da realidade que vive com o aluno. [...] O aluno tem suas dificuldades não adianta eu querer interpretar o que o professor está falando. Eu tenho que partir do que ele sabe. Na verdade, ele conhece pouco a Libras. [...] então não adianta eu interpretar se ele não vai entender. (CASSIANO, 2016, p.9)

O outro ponto culminante seria a família do sujeito surdo que desconhece totalmente a libras, usando ou comunicando-se por “sinais caseiros”, restringindo desta forma o uso de libras, somente a escola, descartando uma preciosa ajuda e melhor interação.

Também é muito frequente acontecer intérprete não é surdo bloqueando assim seu contato com o aluno surdo em questão. Desta forma o autor destaca a importância do intercâmbio entre professor, intérprete da sala e demais profissionais, dentro da escola e inclusive fazendo parte do Projeto Político Pedagógico, levando sua contribuição, visando um ensino aprendizagem de melhor qualidade. Neste intuito professor regente e professor interprete devem estar engajados na busca de materiais e recursos facilitadores tais como providenciar meios visuais, utilizando então o sentido da visão para atingir e favorecer aprendizagem significativa. (CASSIANO, 2016)

Para Cassiano (2016) o engajamento de professor regente e intérprete devem resultar em planejamento das aulas, propiciando essa permuta de conhecimento e informações, produzindo e explorando estratégias pedagógicas podendo desta forma adequar-se ao jeito do aluno surdo aprender, como resultado essa leitura se apresentará mais qualificada. No estado de São Paulo as escolas públicas mantêm seus alunos surdos protegidos pela Resolução SE38 Decreto 5.626 e também a Lei 10.436 como dissemos anteriormente, que eles garantem um intérprete, porém embora assegurado por Lei, não é ainda condição suficiente quanto ao sujeito



Surdo vir a ter êxito em sua carreira escolar, porém os Municípios também devem fazer seu papel adequando suas leis educacionais (orgânicas), viabilizando assim qualidade na educação.

#### **2.4 - A importância do Atendimento Educacional Especializado**

10

O atendimento educacional especializado deve ser planejado, pois é fundamental importância que se desenvolva em conjunto por professores que atuam em Libras e também aqueles de classe comum, e os de língua portuguesa ao sujeito com surdez. Este planejar deve iniciar-se considerando a definição coletivo curricular implicando aos professores pesquisas dentro das temáticas ensinadas, também é de responsabilidade dos professores as elaborações de planos de ensino também devem apontar para os alunos cadernos de estudos nos quais as ideias em questão e conteúdos devem interagir. (DAMÁZIO, 2007)

Para programar as aulas em Libras devem ser feitos estudos dos termos científicos utilizados dentro daquele conteúdo, desta forma podemos ampliar e melhorar o vocabulário destes alunos. Elaborar e selecionar recursos didáticos àqueles que pertencem ao atendimento Educação Especializados em Libras, também é tarefa dos professores que utilizam destes recursos naqueles momentos pedagógicos educativos tendo o critério de respeitar as diferenças que há entre eles. Estes alunos devem ser observados pela equipe de profissionais, pois alguns aspectos devem ser considerados: Linguagem (oral e escrita), socialização, afetividade, habilidades. (DAMÁZIO, 2007)

Estes atendimentos devem ocorrer diariamente, porém em horário contrário aos ministrados em salas comuns. O material utilizado também constitui-se num importante diferencial, podendo ser imagens visuais para que se faça referência, colaborando-se assim no aprendizado dos temas em questão que fazem parte do currículo estudado na sala aula comum, também representam um excelente material a ser explorado nas salas de atendimento educacional especialização: Fichas das atividades desenvolvidas, fotos dos termos de aula, descrição de planejamento, painéis com gravura. Todos estes materiais são referências que vem a colaborar com o exercício do aprender nos temas em questão dentro dos conteúdos curriculares, estes materiais devem estar presentes no cotidiano dos alunos que frequentam o



atendimento educacional especializado, contribuindo e ampliando seus conhecimentos. (DAMÁZIO, 2007)

Aqui podemos entender como o uso da imagem favorece a compreensão e entendimento dos alunos com surdez: Dentro do conteúdo curricular eles exploram uma imagem representando o universo os planetas do sistema solar utilizando para isso recursos visuais diversos.

11



Figura 1 - Professor explorando e utilizando recursos visuais.  
Fonte: Damázio (2007)

O planejamento do atendimento Educacional Especializado em Libras é feito pelo professor especializado, juntamente com os professores de turma comum e os professores de Língua Portuguesa, pois o conteúdo deste trabalho é semelhante ao desenvolvido na sala de aula comum (DAMÁZIO, 2007. p.27)

Para orientar, atender e acompanhar os alunos nestes processos educativos o professor deve ter controle pleno da língua de sinais, inclusive as aulas deverão ser ministradas aplicando-se a língua de sinais.

## 2.5 O trabalho do Intérprete de Libras



Quem deve organizar o trabalho referente ao Atendimento Educacional Especializado será o intérprete de libras, devendo ele respeitar sempre as singularidades dessa língua, sobretudo os conceitos dos termos científicos que devem ser incluídos pelo conteúdo. (DAMÁZIO, 2007)

Quanto às avaliações, os intérpretes do atendimento educacional especializado de Libras requerem permanente averiguação da aprendizagem dos alunos referentes ao avanço conceitual de libras. Podemos destacar também a boa qualidade dos recursos visuais como sendo essencial trazendo auxílio e entendimento ao aluno sobre o conteúdo curricular aprendido (DAMÁZIO, 2007)

Segundo Damázio (2007) para organizar uma sala de atendimento Educacional Especializado num ambiente que favoreça a aprendizagem deverá prover recursos tais como: ela deve conter diversos materiais sendo eles de apoio visual (imagéticos) proporcionando a abstração dos conceitos; Extenso acervo textual qualificado e especializado que venha oferecer pluralidades para que os mesmo interajam nos mais diversos contexto; Exercícios elaborados com dinamismo, trazendo inovação a serem trabalhados em diferentes contextos; Esta estruturação deve ter início ainda na Educação Infantil podendo prosseguir e intensificar-se na fase de alfabetização, perdurando até período do Ensino Superior; Estes processos devem ter início logo no começo da escolarização uma vez que alunos com surdez encontrarão obstáculos na evolução comunicativa e escrita, também é fundamental estimular permanentemente o aluno para que ele adquira conhecimento da língua portuguesa, incentivando-o a encarar desafios, já que é relevante sua progressão e adaptação dentro da sala comum.

Para Damázio (2007) a sociedade vem conquistando direitos fundamentais relativos a surdez, tais direitos fundamentam e possibilitam sua integração social, apoiados nos paradigmas inclusivos.

É recente a Lei que normatiza e legitima a atividade e formação profissional daquele que traduz ou intérprete de Libras. Foi reconhecido a partir do Decreto 5.626 de 22 de dezembro 2005, já o reconhecimento de Libras se deve em 04/2002.

Este regulamento assegura a determinação do Ensino de Libras no ensino básico, podendo ser estendido aos anos posteriores, e desde então este profissional está mais valorizado,



tendo em vista sua importância na inserção de indivíduos surdos que fazem uso da linguagem de sinais. (DAMÁZIO, 2007)

O que é um intérprete de Libras e Língua Portuguesa?

É a pessoa que, sendo fluente em Língua Brasileira de Sinais e em Língua Portuguesa, tem a capacidade de verter em tempo real (interpretação simultânea) ou, com um pequeno espaço de tempo (interpretação consecutiva), da Libras para o Português ou deste para a Libras. A tradução envolve a modalidade escrita de pelo menos uma das línguas envolvidas no processo (DAMÁZIO, 2007, p.49)

13

Para haver a mediação, a comunicação deve obedecer a alguns requisitos, tais como não intervir no vínculo entre as pessoas da conversação. Pois se deve considerar o intérprete apenas como mediador, não podendo envolver-se em questões pessoais deve manter-se neutro, já no espaço pertencente a sala de aula cabe ao professor a liderança, e o aluno sendo então de sua responsabilidade, devemos entender com isso que o tradutor e intérprete deve permanecer em sua posição pois é apenas o mediador ou então facilitador na transferência do conhecimento, portanto esses papéis devem ser distintos e respeitados em sala de aula, dentro da escola. (DAMÁZIO, 2007)

## 2.6 Adequação Curricular para atender a criança Surdas

A aprendizagem escolar está diretamente vinculada ao currículo, organizado para orientar dentre outros, os diversos níveis de ensino e as ações docentes.

As adequações curriculares são manifestações de dificuldades de aprendizagem na escola, apresentam-se como um contínuo, desde situações leves e transitórias que podem se resolver espontaneamente no curso do trabalho pedagógico até situações mais graves e persistentes que requerem o uso de recursos especiais para a solução. Atender a esses contínuo de dificuldades requer respostas educacionais adequadas envolvendo graduais e progressivas adequações do currículo, tais adequações curriculares constituem, pois possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos.

Podemos tomar como principal fundamento da educação inclusiva a Igualdade, que aqui não tomamos com o significado de tornar igual nem tão pouco nivelar, o que queremos e



devemos trazer para devida contemplação: as diferenças não devem ser inibidas e sim valorizadas, pois não cabe mais no cenário atual a homogeneização, se cada aluno deve ser considerado como único. (SANTOS; PAULINO, 2008)

Ainda na visão de nosso conceito de currículo está ligada a ideia de conteúdo, porém devemos rever este entendimento por conta da quantidade de saberes atualmente exigidos e que muitas vezes não tem função alguma, portanto rever esses conteúdos para uma flexibilização, que aqui não deve ser confundida por nivelar por baixo, o que não traria garantia de aprendizagem ao contrário ao assumir essa postura, estaremos dando nossa contribuição para uma educação transformadora, além da mera capacidade, pois estes indivíduos possam por si só fazer suas escolhas e assim decidir seus próprios rumos. (SANTOS; PAULINO, 2008, p.14)

Quando necessário, é fundamental que se realize a adequação do currículo regular para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais.

Segundo Giardinetto (2009), no Brasil, o desenvolvimento de inserção dos alunos Surdos à escola se deu gradativamente, pois a partir da obrigatoriedade da educação básica faz surgir salas especiais, neste período os alunos eram discriminados, pois ficavam afastados de seus familiares além de não garantir aprendizagem.

Mas foi a partir da década de 70 que começou a se pensar numa filosofia de normalização e agregação intermediados pela legislação que oficializava que indivíduos Surdos frequentassem instituições comuns, tendo contato com pessoas ouvintes a fim de potencializar suas aprendizagens. (GIARDINETTO, 2009)

De acordo com Giardinetto (2009, p.34), essas modificações trouxeram grandes avanços de maneira geral aos deficientes, apoios vagarosamente iam sendo inseridos às classes comuns, trazendo alguns subsídios na maneira de se pensar a educação Surda.

Embora houvesse mudanças significativas, a acessibilidade ainda não estava garantida no aspecto de transitar no meio social, havia algumas barreiras, tanto estruturais quanto educacionais a serem superadas. (GIARDINETTO, 2009)

Na década de 90, mais precisamente no ano de 94 aconteceu a declaração de Salamanca, denominada assim ocorreu na Espanha em Salamanca. Esta Declaração foi precedida pela convenção sobre os direitos da criança em 1988 seguida da Declaração Mundial sobre Educação



para todos, seguindo então uma tendência mundial de estabelecer e consolidar a educação inclusiva. (GIARDINETTO, 2009, p.37)

A Declaração de Salamanca foi uma conquista na qual as Nações Unidas O.N.U vem tratar princípios políticos e práticas dentro Educação Especial, para tanto reuniram-se nesse evento 92 representantes de países, mais 25 representantes de organizações internacionais que se reuniram então para assinar tal documento. (GIARDINETTO, 2009 p.37)

O nosso compromisso em prol da Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e a urgência de garantir a educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educativas especiais no quadro do sistema regular de educação, e sancionamos, também por este meio, o Enquadramento da Ação na área das Necessidades Educativas Especiais, de modo a que os governos e as organizações sejam guiados pelo espírito das suas propostas e recomendações (UNESCO, 1994, p.)

As transformações desejadas tanto aspectos das práticas sociais pensar e atuar não vão ocorrer de repente ou simplesmente por força de decretos, mas implicam em decisões e necessidades de incentivos que venham a favorecer as mudanças desejadas.

Alguns autores, porém, criticam a adaptação do Currículo (Batista & Mantoam, 2007). Para estes autores a adaptação é assim individualização dos currículos uma forma de diferenciar o ensino para alguns, portanto a escola comum necessita reinventar suas práticas, alterar concepções e refletir seu papel. (PLETSCH, 2010)

O regime de educação inclusiva carece que à escola venha fazer modificações nas concepções e práxis do cotidiano de educação.

Já Oliveira e Machado (2007) destacam que a heterogeneidade existente em sala de aula, buscam adaptações e progressão de um currículo único podendo então prolongar as práticas excludentes que estando estas desconsideradas apontando para aqueles alunos ao fundo da sala de aula. Neste caso a justificativa para que se torne de fato inclusiva oferecendo ou fazendo tais adaptações curriculares.

Além das adequações curriculares é necessário também: habilidade política para haver inclusão – um novo pensamento em educação, que apresente respeito à desigualdade, como condição básica para integração daqueles ditos excluídos seja por gênero, etnia e aqueles com



necessidades especiais, e todas essas condições estão explicitadas no currículo. (PLETSCH, 2010)

Pletsch (2010) destaca que para que seja efetivada uma proposta verdadeiramente inclusiva e que venha atender de forma acertada as carências e ausências educacionais especiais, a escola precisa ser autossuficiente para assegurar aprendizagem. Entre essas modificações as adequações curriculares individuais são destacadas pela autora como fator determinante para uma aprendizagem de qualidade, porque tendo acesso a proposta, garantir-lhe-á convivência, participação e também a sua participação na escola e por consequência terá então a compreensão historicamente acumulada que se dará por meio de acesso ao currículo.

Entretanto devemos lembrar que a nível nacional, embora tendo sua autonomia para procedimentos dentro do currículo oficial, há exigências aos professores quanto a participação em avaliação nacional e estas estão diretamente ligadas ao currículo prescrito pelos PNCs e são pressionados obterem bons resultados ou estariam arriscando a perda de recursos para sua escola. Com isto podemos entender o quanto estas avaliações controlam as atividades docentes. (PLETSCH, 2010)

Neste contexto podemos supor o quanto a classe do professorado sente-se pressionados e presos dentro desta dicotomia, pois os programas oficiais estão em desacordo com a realidade da escola e do aluno. (PLETSCH, 2010)

## **2.7 As práticas pedagógicas e seu entrelaçamento com o Currículo**

As práticas pedagógicas estão ligadas ao currículo em diferentes abordagens, desta forma podemos destacar a atividade de docente que se realiza nos meios educacionais e instituições escolares onde são empregadas, podemos concluir que tais práticas estão sujeitas a decisões individuais. (PLETSCH, 2010 p.157)

De acordo com Santos e Paulino (2008, p.62) a internacionalidade deve estar presente nas formas de atuação para construção e cultivo das políticas de inclusão e assim predomina-se a forma de trabalhar em diferentes campos pois o professor fará a diferença quanto a sua forma de planejar, pensar e assim criar estratégias para cada situação.





Cabem também ao professor a construção e cultivo das práticas pedagógicas quando envolver pessimismo, comodismo, elitismo, pois é impensável que tais valores não inclusivos cheguem à sala de aula, que deve ser guiada, motivada no sentido de envolver a sala para assim obter diferentes ritmos de aprendizagem.

Segundo o autor para se conceituar essas práticas há que se trazer para reflexão e assim traçar parâmetros para ser e estar na profissão docente: adesão, ação, autoconfiança.

Adesão: o docente deve estar integrado a seus projetos envolvidos na desenvoltura de suas potencialidades; Ação: necessidades de escolher sempre a melhor maneira de agir impulsionando seus atos. Autoconsciência: porque o processo exige reflexão e cabe ao docente o ato em si da autoconsciência da sua ação própria. (SANTOS; PAULINO, 2008, p.65)

Nessas decisões as crianças com necessidades especiais carecem de uma estruturação da educação regular e educação especial, assim num conjunto paralelo através dos quais necessita para sua adaptação uma flexibilização e adequação do Currículo (PLETSCH, 2010).

Portanto nesta definição o entendimento de Currículo é amplo e pode ser consolidados através do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola.

Segundo Pletsch (2010) manifesta um temor em relação ao ajustamento quando ao efeito deste, pois não deve ficar com seu conteúdo comprometido e por assim dizer restritos, pois a escolarização deve oferecer mais do que necessidades básicas de aprendizagem.

Uma possível solução ao “invés de ajustar” e assim caracterizar, tornando o conteúdo exclusivo, dentro da escola comum seria então a necessidade de novas práticas, possibilitando mudanças nas concepções e valorizando diferenças permitindo a adaptação do aluno excludente (GARCIA, 2006, apud PLETSCH, 2010)

Segundo Cassiano (2016) as diversas disciplinas representam formas diferenciadas a serem trabalhadas. Cabe ao professor explorar cada uma delas relacionando a diferentes linguagens, neste caso a tarefa do educador será pensada no aluno, deixando de lado o Currículo e o professor interlocutor fará seu trabalho com diferentes associações na maneira de se trabalhar outras disciplinas mais complexas como matemática, por exemplo, neste caso será aplicado aquele conhecimento que o aluno traz consigo, ou seja, a sua realidade.

Ao ensinar língua portuguesa fica em evidencia sua necessidade aos mais diversos momentos da vida, como pegar um ônibus para ir a algum lugar ou mesmo ler algo escrito, portanto ele precisa aprender português. Seu empenho será de escrever corretamente as palavras podendo associar com o que ele já



aprendeu em libras, então ele pensa a palavra e já fazendo datilologia, usando suas mãos para ajudar no raciocínio, portanto ele pode ao mesmo tempo em que aprender libras também aprende português ao fazer as associações das palavras, aqui o interlocutor vem através de o seu trabalho promover a inclusão ao mesmo tempo possibilita aprendizagem deste aluno. Podemos observar a importância do interprete de Libras através da sua atuação com sujeito surdo. (CASSIANO, 2016)

### 3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro das atuais perspectivas podemos avaliar a inclusão dos deficientes auditivos como prática que caminha e vem se atualizando ao longo das épocas desde segregação há tempos atrás, como também mudanças significativas e recentes verificadas por meio de práticas e políticas nacionais implantadas após a Declaração de Salamanca e ao longo dos anos. Porém a transformação desejada vai além de práticas, requerem transformações sociais, práticas sociais; como pensar e atuar com responsabilidades.

Podemos entender um pouco o trabalho do interprete, que associado ao professor regente na busca de ações coerentes que venham beneficiar a comunicação entre surdos e ouvintes sempre apoiados nas Leis. Fica evidente após pesquisas que o uso de imagens no planejamento das aulas enriquece e contribui para a aprendizagem e formação deste alunado com surdez, uma vez que a visão vem no auxílio e contribui enormemente para o entendimento dos conteúdos.

E como vimos alguns autores criticam a individualização curricular, pode e deve diferir sob a forma e necessidade da escola reinventar suas práticas pedagógicas, mais que práticas pedagógicas e sim estratégias pedagógicas, a partir da flexibilização do currículo. Tais dificuldades podem ser superadas pelo uso de imagens, por meio das quais o aluno atinge uma compreensão e entendimento nas aulas e em seu cotidiano e assim apresentar um rendimento pleno e satisfatório, capaz de acessar um mesmo currículo que os demais.

O atendimento Educacional Especializado contribui significativamente para o aprendizado e também inserção do aluno com surdez, pois traz considerações de suas necessidades específicas, podendo ser articulado com a escola regular, favorecendo seu desenvolvimento tanto no aspecto cognitivo, quanto sua vida pessoal e social.



A inserção do aluno com Surdez em sala de aula comum está diretamente ligada a vários fatores que contribuem diretamente para que aí permaneça e possa desenvolver suas potencialidades.

A legitimação do profissional de Libras a partir do Decreto 5.626 de 2005, torna a atuação deste especialista indispensável para a compreensão e interpretação do aluno com surdez no processo de expressar-se e dando-se assim seu ajuste ao Currículo escolar, podendo levá-lo ao mundo letrado e, portanto, sua autonomia.

Um dos fatores que contribui para que Inclusão se efetive são as Leis e Decretos que de certa forma responsabiliza a sociedade cobrando deste empenho e modificações em prol de um atendimento onde haja oportunidade democráticos de aprendizagem, àqueles alunos com Surdez.

O Atendimento Educacional Especializado identifica e transforma as dificuldades dos alunos transpondo ou eliminando barreiras de aprendizagem pois organiza os recursos pedagógicos articulando-os com o Currículo, onde os professores devem agir de forma colaborativa, visando uma aprendizagem significativa.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, M.S.F. **Estratégias para a Educação de alunos com necessidades educacionais especiais**. Brasília. Ministério da Educação. 2003.

BAQUETA, J.J. BOSCARIOLI, C. **Uma discussão sobre o papel das tecnologias no ensino aprendizagem de alunos surdos**. Jardim Universitário. Cascavel/PR.2011.

BATISTA, C. A. M. e MANTOAN, M. T. E. **Atendimento Educacional Especializado em Deficiência Mental**. In: GOMES, A. L. L. et al, Deficiência Mental – São Paulo: MEC/SEESP, 2007

BRASIL. Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1996. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: DF. 1996. Disponível em:<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75529.htm>>. Acesso em: 25 SET. 2017.

BRASIL, **Lei de Libras- 10.436** Língua Brasileira de Sinais. Constituição Federal da República Federativa do Brasil. 1998



BRASIL, **Lei de Libras- 10.436** Língua Brasileira de Sinais. **Decreto Legislativo nº 186** de 09 de julho de 2008. Direitos das pessoas com deficiência e de seu protocolo facultativo. 2008

CASSIANO, P.V. **O papel do interlocutor de libras nas escolas públicas do Estado de São Paulo**. Brasil, Ed.19. MEC/SEE. 2016

DAMÁZIO, M.F.M. **Atendimento Educacional Especializado**. Pessoa com Surdez. SEESP/SEED/MEC. Brasília.2007.

20

GARCIA, V.P.C. Prática pedagógica e necessidades educacionais especiais: **a relação didática em sala de aula**. 268 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia/ MG, 2006.

GLAT, R. Somos iguais a vocês – **depoimentos de mulheres com deficiência mental**. Rio de Janeiro: Agir, 1989.

\_\_\_\_\_. FONTES, R. de S. & PLETSCH, M. D. Uma breve reflexão sobre o papel da Educação Especial frente ao processo de inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais em rede regular de ensino. In: **Revista Inclusão Social: desafios de uma educação cidadã**. Editora Unigranrio, nº 6, Duque de Caxias/RJ, p. 13-33, novembro de 2006.

\_\_\_\_\_. ROSSI, T.M.F. CARVALHO.E.N.S. **Investigando o espectro do autismo: perfil do alunado e intervenção educacional na rede pública do Distrito Federal**. Cadernos: nº29. 2007.

GIARDINETTO, A.R dos S.B. **Educação do aluno com autismo: um estudo circunstanciado da experiência escolar inclusiva e as contribuições do Currículo funcional natural**. Marília, 2009.

KARAGIANNIS, A; STAINBACK, W. STAINBACK . **Fundamentos do ensino inclusivo**. In STAINBACK, W. STAINBACK,S. (org). **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1998.

MENDES, E. G. **Perspectivas para a construção da escola inclusiva no Brasil**. Escola inclusiva. São Carlos: EdUFSCar, 2002.

OLIVEIRA, E.; MACHADO, K. S. Adaptações curriculares: caminho para uma educação inclusiva In: GLAT, R. (org.) **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro, 2007.

PLETSCH, M.D. **Repensando a inclusão escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual**. Rio de Janeiro: Nau: Edur, 2010.

SANTANA, A.P. CARNEIRO, M.S.C. **O processo de Avaliação da Aprendizagem do Surdo no Contexto da Escola Regular**. São Paulo. 2011.



SANTOS, M. P. dos. PAULINO, M.M. **Inclusão em educação**: culturas, políticas e práticas (org.). 2º ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SENNA, L. A. G. Processos educacionais. TV ESCOLA – Salto para o Futuro, junho/ ano, 2003. MEC – **Secretaria de educação a distância** TV ESCOLA – SALTO PARA O FUTURO.

21

\_\_\_\_\_ GLAT, R.; MAGALHÃES, E. de F. C. B. GIGANTE, L. A. B. M. Helena **Antipoff**: uma mulher à frente de seu tempo. Pioneira da Educação Especial, cidade Rio de Janeiro: ano 2008. ed.Mimeo.

POKER, R.B. **Surdez, funções cognitivas e libras**: Libras a Distância. UNESP. 2002.

